

Investigando o assédio sexual em universitárias: a violência de gênero na Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí

Investigating sexual harassment in female college students: gender violence at the Federal University of Goiás / Jataí Regional

Investigación del acoso sexual en mujeres universitarias: violencia de género en la Universidad Federal de Goiás / Jataí Regional

Tatiana Machiavelli Carmo Souza
Universidade Federal de Goiás
tatimachiavelli@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-3576-4532>

Izabela Assis Rocha
Universidade Federal de Goiás
izabelarv@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8834-7022>

RESUMO

O assédio sexual é uma forma de violência de gênero constranja ou humilha alguém em detrimento de favores sexuais. Essa forma de violência também ocorre no ensino superior. A presente pesquisa objetivou investigar o fenômeno do assédio sexual no contexto universitário. Utilizou-se metodologia quanti-qualitativa. Um questionário *online* e em sequência foram realizadas entrevistas a fim aprofundar os conhecimentos sobre as vivências e percepções em relação à temática. Os resultados obtidos através do questionário foram analisados estatisticamente e as entrevistas passaram por análise de conteúdo. Notou-se que o assédio sexual é predominantemente simbólico, por meio de comentários e verbalizações sexualmente explícitas. Verificou-se que a visão em relação a ações de enfrentamento do assédio sexual das participantes, era em suma, de descrédito e que a universidade possui fragilidades no que tange o enfrentamento do assédio sexual. Ressalta-se o papel da universidade de ensino e formação e a necessidade do enfrentamento às violências.

Palavras-chave: Violência de gênero. Violência contra a mulher. Assédio sexual. Universidade.

ABSTRACT

Sexual harassment is a form of gender-based violence that embarrasses or humiliates someone to the detriment of sexual favors. This violence also occurs in higher education. The present research aimed to investigate the phenomenon of sexual harassment in the university context. A quantitative and qualitative methodology was used. An online questionnaire and interviews were conducted in order to deepen the knowledge about the experiences and perceptions regarding the theme. The results obtained through the questionnaire were statistically analyzed and the interviews were subjected to content analysis. Sexual harassment was noted to be predominantly symbolic through sexually explicit comments and verbalizations. It was found that the perception in relation to actions of coping with sexual harassment of participants was, in short, discrediting and that the university has weaknesses regarding coping with sexual harassment. It is necessary to emphasize university's role in education and the need to stand up to violence.

Keywords: Gender violence. Violence against women. Sexual harassment. University.

RESUMEN

El acoso sexual es una forma de violencia de género que avergüenza o humilla a alguien en detrimento de los favores sexuales. Esta forma de violencia también ocurre en la educación superior. La presente investigación tuvo como objetivo investigar el fenómeno del acoso sexual en el contexto universitario y se utilizó una metodología cuantitativa y cualitativa. Se realizó un cuestionario en línea y entrevistas para profundizar el conocimiento sobre las experiencias y percepciones sobre el tema. Los resultados obtenidos a través del cuestionario fueron analizados estadísticamente y las entrevistas fueron sometidas a análisis de contenido. Se observó que el acoso sexual era predominantemente simbólico a través de comentarios y verbalizaciones sexualmente explícitos. Se descubrió que la opinión en relación con las acciones para hacer frente al acoso sexual de los participantes era, en resumen, desacreditar y que la universidad tiene debilidades con respecto al manejo del acoso sexual. Se destaca el papel de la universidad en la educación y la formación y la necesidad de abordar la violencia.

Palabras clave: Violencia de género. Violencia contra la mujer. El acoso sexual. Universidad.

Introdução

O assédio sexual é uma forma de violência em que o agressor se aproveita de uma posição hierarquicamente superior para tentar obter algum tipo de vantagem

sexual sobre a mulher, por meio de investidas verbais ou gestuais, sem que haja violência física (BRASIL, 2001). Segundo a Lei nº 10.240 de 2001 (BRASIL, 2001), o crime de assédio sexual é restrito às situações empregatícias em que existam níveis hierárquicos. Essa violência, entretanto, não se restringe à esfera do trabalho, também ocorre em outros âmbitos, como nas universidades, tanto nas relações professor-estudante quanto entre os próprios estudantes (MACKINNON, 1982). Frente a essa questão social, o presente estudo tem como objetivo investigar as vivências sobre assédio sexual no contexto universitário.

Nas universidades, o assédio sexual não é exclusivamente dirigido a um indivíduo, mas sobretudo às mulheres, como grupo que possui menor força, poder e vantagens se comparado àquele formado por homens, que usualmente são os principais autores de agressão (MACKINNON, 1982). Nesse cenário, o assédio sexual refere-se a toda conduta de conotação sexual indesejada pela vítima (Universidade Federal de Goiás, 2017), podendo ainda ser especificado pelas seguintes vivências:

I- fazer insinuações de conotação sexual, por meio de comunicação verbal ou escrita, olhares, gestos, entre outras formas; II- aproximar-se fisicamente de forma inoportuna, tocar ou criar situações de contato corporal, sem consentimento recíproco, com persistente conotação sexual; III- constranger com piadas e frases de duplo sentido, fazer alusões que produzam embaraço e sensação de vulnerabilidade ou perguntas indiscretas sobre a vida privada; IV- fazer ameaças de perdas significativas ou promessas de obtenção de benefícios em troca de favores sexuais; V- violar o direito à liberdade sexual de colegas e interferir no desenvolvimento das atividades laborais da pessoa vitimada; VI- criar um ambiente de trabalho intimidante, hostil e ofensivo, que vai resultar em obstáculos à igualdade entre os sexos, em decorrência de discursos e práticas sexistas e LGBTfóbicas (Universidade Federal de Goiás 2017, p. 2).

Uma vez que as relações de gênero se constituem de forma assimétrica, mesmo nas situações em que não há nível hierárquico superior, existe uma relação de poder, pois, socialmente o homem possui maior prestígio que as mulheres. Disso resulta a percepção de que o corpo feminino pode, a qualquer momento, ser reduzido a um objeto passivo, que não reage a essa forma de opressão (THINK OLGA, 2014). O assédio sexual origina-se justamente da visão do corpo feminino como subalterno e sempre disponível aos interesses masculinos.

Compreender o significado do conceito de gênero é imprescindível para o entendimento das origens e das possibilidades de enfrentamento do assédio sexual.

Gênero refere-se a um construto social, no qual estão delimitados os papéis esperados para homens e mulheres, rejeitando-se as explicações biológicas como subjacentes a esses papéis (SCOTT, 1995). Ou seja, não são os fatores biológicos que delimitam as diferenças entre homens e mulheres, mas sim as construções feitas a partir desses fatores que provocam a exacerbação das diferenças entre os corpos.

Essa construção é baseada na desigualdade de poderes entre o feminino e o masculino, produto de uma sociedade patriarcal que enaltece os homens em detrimento das mulheres e as coloca como objeto a ser subjugado. Partindo dos estudos de gênero, ainda é fundamental a afirmação de que a análise das relações e dos processos sociais, somente se faz quando se leva em conta as posições distintas dos sujeitos segundo o gênero, interseccionado com classe, raça/etnia e etnia, nas mais diferentes sociedades e contextos (MACHADO, 2014).

No Brasil, com a expansão do movimento feminista, a partir da década de 1960, as mulheres inseriram-se de forma expressiva no mercado de trabalho e nas universidades. No que concerne à educação, em 2012, elas representavam 57,2% das vagas no ensino superior e constituíam 61,2% dos concluintes dos cursos (BRASIL, 2015). Além de serem maioria em tais instituições, elas também possuem maior taxa de conclusão dos cursos quando comparadas aos homens. Com a ocupação feminina dos espaços públicos, tornou-se necessário um tratamento igualitário entre os gêneros nesses locais. Desse modo, não é mais aceitável a objetificação do corpo feminino, como no caso do assédio sexual. As mulheres, então, passaram a denunciar e chamar atenção para essa forma de violência que se constitui como tentativa masculina de apropriação e inferiorização do corpo feminino.

A percepção do significado do assédio sexual varia segundo o contexto sócio-histórico e influencia as relações sociais e a comunicação nos diversos ambientes entre os indivíduos (SOUZA; BALDWIN; ROSA, 2000). Segundo a Psicologia Sócio-histórica, a análise das experiências e das ações humanas deve sempre ser pautada na historicidade, pois elas são expressões da realidade vivida pelos seres humanos. Esses são compreendidos por meio das relações sociais situadas dentro de um contexto histórico, entendendo que os sujeitos se constituem ao transformarem as sociedades produzindo, assim, vivências (BOCK; GONÇALVES; FURTADO; 2001). A partir dessa perspectiva, a compreensão totalizante sobre o assédio sexual deve considerar os aspectos sociais, históricos e culturais determinantes do fenômeno, pois, ele é fruto das ideias (re)produzidas pela humanidade.

Quando comparado a outros países, a produção brasileira sobre o assédio sexual nas universidades ainda é pequena. Os Estados Unidos da América possuem um vasto conhecimento e pesquisa sobre o assédio no universo acadêmico desde a década de 1980; realidade diferente do que ocorre no Brasil, onde essa violência ainda é pouco investigada. Embora as legislações estadunidenses tenham sido elaboradas para situações empregatícias, suas definições sobre o assédio sexual também são aplicadas no contexto escolar e universitário. Ademais, naquele país a punição para o crime é mais severa que a punição que ocorre no Brasil.

Já na Europa, o assédio é visto como rompimento dos tratamentos igualitários entre homens e mulheres, baseado no gênero. Apesar do posicionamento na defesa aos direitos individuais, na Suécia, cerca de 80% das mulheres já foram vítimas de assédio sexual, enquanto na França e na Inglaterra os números variam de 60% a 79%. Os altos números de incidência de assédio sexual mostram o quão comum é esse crime em todo o contexto europeu e sugere a emergência de discussões acerca do tema, bem como políticas que encorajem a realização da denúncia (EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS, 2014).

No cenário brasileiro, a campanha “Chega de FiuFiu”, realizada pelo coletivo brasileiro Think Olga, em 2013, por meio das redes sociais, possibilitou maior visibilidade ao fenômeno do assédio sexual. Por meio da campanha ficou claro que, embora o assédio sexual não envolva contato físico, ele afeta as mulheres, já que limita sua liberdade e direito de escolha (THINK OLGA, 2014). Em 2014, pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), revelou que 26% dos entrevistados consideravam que mulheres que usam vestimentas curtas merecem sofrer violência sexual, dentre elas o assédio sexual. Os dados mobilizaram outra campanha, “Não mereço ser estuprada”, que ampliou a discussão sobre como o corpo feminino é objetificado pela sociedade. Pesquisa publicada na Folha de São Paulo (MENA, 2016) revelou que 42% de homens e 32% da população brasileira veem a vítima de estupro como causadora do crime dependendo do tipo de vestimenta que usa. É interessante, porém, frisar que a porcentagem de pessoas que culpabilizaram as mulheres, diminuía quanto maior o nível de escolaridade das/os entrevistadas/os, sendo os valores inversamente proporcionais. A educação, portanto, é um diferencial na percepção do crime.

A falta de reação das vítimas ao assédio sexual - como relatar o ocorrido a um superior quando o crime ocorre em empresas ou em universidades ou ainda prestar

uma queixa formal -, pode ser compreendida por meio de conjunto de fatores socioculturais. Primeiramente, há falta de informação sobre quais comportamentos se constituem como assédio sexual devido a sua naturalização e ao seu caráter simbólico. Pode-se pensar que o assédio sexual é uma forma de violência simbólica, que é exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe são sujeitos ou mesmo que o exerce (BORDIEU, 1989). Também há o medo de retaliações, humilhações e chantagens pelos autores do crime. Além disso, socialmente esse fenômeno tende a ser visto como vitimização, uma reação exagerada a fato considerado comum e normal e até mesmo positivo. As mulheres não sofrem apenas a discriminação do assédio sexual em si, como também a discriminação por meio do julgamento social de que devido ao seu gênero deveriam aceitar esse atentado passivamente (MACKINNON, 1979).

Os fatores sociais, políticos e culturais refletem diretamente na percepção do assédio sexual, pois, são por meio deles que as pessoas constituem suas ideias e valores morais que determinam seu modo de agir perante as diversas situações. Para os/as universitários/as estadunidenses, as cantadas e olhares maliciosos constituem crime, enquanto para os/as brasileiros/as essas ações são tidas como formas de sedução, devido a uma característica social mais permissiva e sexualizada em comparação à cultura norte-americana (PRYOR apud SOUZA; BALDWIN; ROSA, 2000).

A Universidade de São Paulo, após várias denúncias de abuso e assédio sexual, iniciou uma série de mobilizações para que a sociedade, e não somente o público acadêmico, se atentasse às questões referentes à violência de gênero praticada no ambiente universitário. Pesquisa realizada pelo Núcleo Feminista de Relações Internacionais apontou que cerca de 75% das estudantes já foram vítimas de comportamentos machistas, 64% passaram por alguma situação de assédio e quase 48% deixaram de frequentar espaços do curso ou da universidade por se sentirem oprimidas pela presença de colegas homens. Essa realidade impulsionou a criação da ouvidoria do Núcleo de Estudos e Ações de Direitos Humanos (NEADH), a realização de fóruns para a discussão da violência sexual e o desenvolvimento do programa USP Mulheres, que prevê a implementação de linha de pesquisa sobre assédio e violência no campus (MONFRINATO, 2015), iniciativas inéditas no contexto universitário.

O assédio sexual parte de uma relação desigual, em que há comportamentos exploratórios que trazem prejuízos à saúde da vítima e à instituição implicada (SMIT;

PLESSIS, 2011). Frente ao crescimento do número de denúncias de assédio sexual, moral e outras formas de violência de gênero nas universidades brasileiras, é urgente o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema nas instituições de ensino superior. Desse modo, este estudo investigou as vivências de estudantes acerca do assédio sexual no contexto da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí.

Metodologia

Tratou-se de pesquisa quanti-qualitativa pautada nos pressupostos da Psicologia Sócio-Histórica e nos Estudos de Gênero. A Psicologia Sócio-Histórica permite o estudo dos fenômenos sociais em sua totalidade, considerando suas transformações históricas a partir da existência das forças opostas que neles coexistem (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2001). Nessa perspectiva, compreende-se que os fenômenos sociais, como o assédio sexual, são construções decorrente da interação entre os sujeitos a partir da vida concreta. Como um processo histórico, tais fenômenos modificam-se e podem, portanto, ser superados. Enquanto isso, os Estudos de Gênero permitem a compreensão da categoria mulher como socialmente construída, rompendo com uma noção biologicista do sexo e dos gêneros (MACHADO, 2014).

A obtenção de dados foi realizada entre os meses de fevereiro e maio de 2017. A amostra foi composta por 175 estudantes da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí de diversos cursos, dentre eles: agronomia, biomedicina, ciências da computação, ciências biológicas, direito, educação física, enfermagem, engenharia florestal, fisioterapia, geografia, história, letras, letras inglês, medicina veterinária, pedagogia, psicologia, química, veterinária e zootecnia, além de pós-graduação em educação e ciências aplicadas à saúde. Como critérios de inclusão, as estudantes deveriam estar regularmente matriculadas, possuírem maioria penal e serem do sexo feminino. Foram enviados *e-mails* com convite para as coordenações de todos os cursos da instituição de ensino, com solicitação de redistribuição entre as estudantes.

Como instrumento para obtenção dos dados, na primeira etapa da pesquisa, foi utilizado questionário *online*, disponibilizado por meio de *link*, a fim de investigar os conhecimentos e as experiências sobre o assédio sexual. O preenchimento do

questionário foi realizado mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O primeiro segmento do questionário foi composto por perguntas relacionadas aos dados sociodemográficos das participantes. O segundo, sobre as vivências das estudantes frente a situações envolvendo o assédio sexual no âmbito universitário. Nesse segundo segmento, o questionário foi constituído por questões de múltipla escolha que procuravam identificar o contexto em que a violência ocorreu e por quem foi cometida. Resguardando os aspectos éticos, foi garantida a segurança e o sigilo das participantes.

Posteriormente, na segunda etapa da pesquisa, foram escolhidas 05 participantes que se disponibilizaram para a realização de entrevistas semidirigidas. As entrevistas, realizadas em local sigiloso e respeitando o anonimato das participantes, foram gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra. Esse instrumento permitiu aprofundar a apreensão das questões subjetivas referentes ao fenômeno do assédio sexual (MINAYO, 2009).

Os dados quantitativos, obtidos via questionário, foram analisados por meio de estatística descritiva. Ressalta-se que as participantes tinham a possibilidade de marcar todas as perguntas ou nenhuma. Assim, as porcentagens indicam cada alternativa independente entre si, não formando, portanto, uma única amostra. A análise de dados qualitativos foi realizada a partir dos pressupostos da Psicologia Sócio-Histórica (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2001), que possui perspectiva crítica frente às contradições sociais e sua superação. Desse modo, a forma de conceber a realidade não somente possui uma posição questionadora frente ao seu objeto de estudo, como também propõe a superação dos problemas sociais por meio da transformação dos indivíduos e da sociedade.

Os dados quantitativos e qualitativos foram articulados à fundamentação teórica. Assim, esse mecanismo possibilitou problematizações articuladas sobre o fenômeno do assédio sexual.

Resultados e discussão

Verificou-se que a maior parte das participantes era composta por adultas jovens (95,43%), heterossexuais (85,1%), solteiras (94,1%), sem filhos (94,9%) e sem atividade profissional remunerada (82,9%), conforme as tabelas 1,2 e 3 abaixo:

| Faixa etária | Frequência | Etnia | Frequência | Orientação Sexual | Frequência |
|--------------|------------|--------------------|------------|-------------------|------------|
| 18-27 | 95,43% | Branca | 49,1% | Heterossexual | 85,1% |
| 28-37 | 2,85% | Parda | 36% | Bissexual | 10,3% |
| 38-47 | 1,14% | Preta | 8,6% | Homossexual | 4% |
| 48-57 | 0,6% | Amarela | 5,1% | Pansexual | 0,6% |
| | | Não soube declarar | 1,1% | | |
| Total | 100% | | 100% | | 100% |

Tabela 1. Idade, etnia e orientação sexual das participantes

Fonte: autoria própria

| Estado civil | Frequência | Filhos | Frequência | Número de filhos | Frequência |
|---------------|------------|--------|------------|------------------|------------|
| Solteira | 94,1% | Não | 94,9% | 1 | 44,4% |
| Casada | 5,1% | Sim | 5,1% | 2 | 55,6% |
| União estável | 2,9% | | | | |
| Divorciada | 0,6% | | | | |
| Total | 100% | | 100% | | 100% |

Tabela 2. Estado civil e existência de filhos das participantes

Fonte: autoria própria

| Atuação profissional | Frequência | Sector de atuação | Frequência | Renda | Frequência |
|----------------------|------------|-------------------|------------|--------------------|------------|
| Ativa | 17,1% | Público | 26,66% | <01 salário mínimo | 33,3% |
| Não ativa | 82,9% | Privado | 66,66% | 01 salário | 33,3% |
| | | Misto | 06,68% | 02-04 salários | 26,7% |
| | | | | 08+∞ salários | 6,7% |
| Total | 100% | | 100% | | 100% |

Tabela 3. Atividade profissional das participantes

Fonte: autoria própria

Em relação à unidade acadêmica, 31% eram de cursos de Ciências Humanas, 22,9% de Ciências Agrárias, 16% de Ciências da Saúde, 3,4% de Biociências, 2,3% de Ciências Exatas e Tecnológicas e 2,3% de Educação. Em relação ao recebimento de Bolsa Estudantil, 65,1% das participantes afirmaram não receber nenhuma em detrimento de 34,9% que responderam afirmativamente.

No que concerne aos questionamentos sobre a vida íntima e/ou sexual que tenha causado constrangimento ou ofensa, 40% das participantes afirmaram já terem sido questionadas. A maioria (90%) indicou colegas e outros estudantes como os principais autores desse tipo de assédio sexual. Professores (28,6%) foram apontados pelas participantes como os principais autores. 52,6% delas afirmaram que nunca foram questionadas e 7,4% não souberam informar.

Dentre os modos como o assédio sexual se efetiva estão a realização de carícias e abraços indesejados. Constatou-se que 20% das participantes já haviam vivenciado essa forma de assédio nas relações sociais universitárias. Quanto aos principais autores, foram apontados colegas e outros estudantes da universidade (71,4%) e professores (62,9%). O número de participantes que afirmou não ter recebido nenhuma das modalidades de assédio sexual descritas revelou-se significativo (68%). Foi possível notar, então, que embora ocorram com poucas participantes, as práticas sexuais se fazem presentes e, portanto, necessitam ser discutidas e problematizadas. Nesse quesito, é interessante perceber que 12% não souberam afirmar se já haviam vivenciado essa forma de violência contra as mulheres.

A escassez de estudos e pesquisas no âmbito acadêmico sobre o fenômeno do assédio sexual é resultado da invisibilidade e naturalização dessa violência na sociedade e ao mesmo tempo reitera essa insuficiência. Smit e Plessis (2011), em estudo na África do Sul, perceberam que o assédio sexual acompanha a vida escolar da maioria das mulheres desde o ensino infantil até o ensino superior. Ainda segundo os autores, na América do Norte, dois terços de todas as estudantes já sofreram assédio sexual, indicando que o fenômeno é generalizado e preocupante em diferentes contextos culturais e socioeconômicos.

Já o estudo de Pryor (apud SOUZA; BALDWIN; ROSA, 2000) centrou-se na comparação entre as percepções sobre estudantes universitários brasileiros e estadunidenses sobre quais situações podem ser tipificadas como assédio sexual,

revelando que os brasileiros se sentem no direito de fazer investidas sexuais mesmo quando uma mulher as negam. Na ótica dos estudantes homens, de forma inconsciente elas desejam tal investida e a negação seria uma forma de não ser categorizada socialmente como “fácil”.

Quanto aos comentários sugestivos e/ou piadas constrangedoras na universidade, 37,1% das participantes apontaram tê-los recebido, o mesmo número assinalou negativamente e 10,3% não souberam afirmar. O aumento das participantes que responderam afirmativamente pode revelar que a violência simbólica nos casos de assédio sexual é a dominante. O poder simbólico, e com ele a violência, é exercido com a colaboração daqueles que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder através do (des)conhecimento sobre a temática (BORDIEU, 1998). Nesse sentido, a violência simbólica é perpetrada principalmente através da comunicação e de outras vias da linguagem, de forma que estrutura as relações estabelecidas. Dentre os autores de tal assédio, a maior parte era perpetrada por colegas ou outros estudantes da universidade (80,4%), seguido por professores (39,1%).

Em relação aos convites sexualmente inapropriados e que deixaram as participantes constrangidas, 28,6% afirmaram tê-los recebido. No que diz respeito aos autores, a maior parte era perpetrada por colegas ou outros estudantes da universidade (64%), seguido por professores (38%). Afirmaram nunca ter recebido esse tipo de violência sexual 66,3% das participantes e 5,1% não souberam afirmar. O constrangimento é uma das principais características do assédio sexual, entretanto, devido a sua natureza subjetiva e simbólica, pode haver dificuldades em nomeá-lo e em percebê-lo (BRASIL, 2001, UFG, 2017). É importante ressaltar que a dominação masculina se centra fundamentalmente no desconhecimento, o que favorece a disseminação de pensamentos e ideologias que reiteram a própria dominação. Assim, a falta de informação a respeito do que é o assédio sexual e quais atitudes se configuram como essa prática contribuem para a manutenção de sua prática (PRYOR apud SOUZA; BALDWIN; ROSA, 2000), o que pode ser percebido pelos índices de estudantes que não conseguiram responder se já foram vítimas dessa violência.

No tocante ao recebimento de comentários e/ou cantadas com teor sexual sobre aparência física de modo a ofender ou constranger, 36,6% das participantes afirmaram já tê-los recebido. A maioria (82,8%) indicou colegas e outros estudantes como os principais autores desse tipo de assédio sexual, seguido pelos professores

(31,3%). Em relação à inexistência de vivências dessa modalidade de assédio sexual, a porcentagem foi de 50,3% e 13,1% não souberam informar.

Observou-se que na maioria dos casos de assédio sexual no cenário universitário, colegas e outros estudantes foram os principais autores da agressão com frequência discrepante em relação às outras categorias de autores. Entretanto, em apenas uma situação – referente às práticas de carícias, abraços e/ou beijos indesejados, isto é, ocorrência de contato físico e não apenas violência simbólica –, professores foram tão apontados pelas participantes quanto colegas e outros estudantes como os principais agentes autores de agressão.

O assédio sexual no contexto educacional é uma maneira de expressar e confirmar a masculinidade na lógica da ordem heterossexual, racista e misógina (SMIT; PLESSIS, 2011). Assim, essa forma de violência não se expressa apenas nas relações hierárquicas tradicionais, como entre professor/a e aluno/a, mas também nas relações entre os próprios estudantes, uma vez que homens enquanto categoria social já possuem maior poder em relação ao grupo de mulheres (MACKINNON, 1979, SCOTT, 1995). Os professores, por sua vez, detêm ainda maior poder em relação aos estudantes homens da universidade, dado o poder legítimo de sua posição hierárquica (SMIT; PLESSIS, 2011).

Pode-se inferir, portanto, que devido a esse duplo poder, os professores podem se sentir mais à vontade para cometerem assédio sexual na sua forma física e não somente simbólica, por meios de contato não desejado pelas mulheres. Verificou-se nos discursos que as participantes percebiam o poder socialmente naturalizado dos professores em relação às estudantes mulheres.

Só que ele também, é [...] tipo também é colocado na cabeça dele que ele mais, que ele é mais superior que as pessoas, aos alunos e principalmente às alunas se for um homem (PARTICIPANTE 05).

[...] na sociedade como um todo o patriarcado influencia muito e isso reverbera dentro da universidade, mas eu acho que principalmente a hierarquia, o distanciamento entre os professores e os alunos (PARTICIPANTE 02).

Em relação ao recebimento de imagens e/ou mensagens sexualmente explícitas e/ou com conteúdo ofensivo e constrangedor, 17,7% das participantes afirmaram já tê-las recebido. A maior parte (74,2%) indicou colegas e outros estudantes como os principais autores dessa forma de assédio sexual, conseqüente, foram apontados os professores (25,8%). 81,7% das participantes afirmaram nunca ter sido vítimas dessa expressão de assédio sexual e 0,6% não soube informar. O

veículo de comunicação social pelo qual as participantes sofreram esse tipo de assédio foi na maior parte dos casos o *WhatsApp* (90,3%), seguido pelo *Facebook* (25,8%).

É interessante observar como o assédio sexual pode ser perpetrado também por meio de mídias sociais, diretamente por meio de mensagens e imagens sexualmente explícitas direcionadas às vítimas ou indiretamente através de rumores e fofocas fomentadas digitalmente, pois, elas são potentes mecanismos pelo qual a ideologia é disseminada e mantida, por meio da manipulação simbólica (EAGLETON, 1991). As mídias sociais, dessa forma, podem ser compreendidas como ferramentas de manutenção e de perpetuação das violências simbólicas e virtuais contra as mulheres, reiteradas por seus usuários através do anonimato e distanciamento das vítimas que essas tecnologias permitem (DIAS; BORELLI, 2014).

Em relação à exposição da vida íntima e sexual de forma inapropriada através de rumores, fofocas, imagens, montagens ou algo dessa natureza, 32% das participantes afirmaram terem sido vítimas do assédio sexual nessa categoria. Colegas e outros estudantes (86%) foram apontados como autores desse tipo de assédio. O percentual de participantes que afirmaram nunca terem sido expostas foi de 61,1% e 6,9% não souberam informar.

No que concerne à exposição a materiais e/ou situações pornográficas contra a própria vontade, na universidade, 6,9% das participantes afirmaram que já foram assediadas desse modo. A maioria (64,35%) apontou colegas e outros estudantes como os principais autores desse tipo de assédio sexual. Afirmaram nunca terem sido vítimas dessa forma de violência 87,4% das participantes e 5,7% não souberam informar se já haviam vivenciado esse tipo de assédio sexual.

É interessante notar que a porcentagem de participantes que afirmaram já ter sofrido assédio sexual por meio de exposição a material pornográfico não diferiu substancialmente daquelas que não souberam identificar se foram ou não vítimas. Nesse sentido, infere-se que pode haver desconhecimento e falta de informação sobre o que é assédio sexual, pois, várias participantes não possuem clareza sobre o conceito, as teorias e leis que o fundamenta. Essa violência, que é da ordem do simbólico, é naturalizada e invisibilizada de modo que as vítimas não conseguem se perceber nessa situação, justamente por estarem relegadas a uma posição de subalternidade em relação àqueles que detêm mais poder socialmente (BORDIEU, 1989). Não conseguir discriminar quais situações constituem-se em atos de assédio

sexual torna as participantes vulneráveis a esse tipo de violência contra as mulheres, pois elas não poderão reagir diante da vivência desse crime. Quando as entrevistadas foram questionadas sobre sua concepção de assédio sexual, constatou-se que as respostas foram teoricamente pouco embasadas e superficiais sobre o fenômeno.

Eu vejo o assédio como um tipo de atitude. Ela não é necessariamente direta, não é algo sempre visível, entende? Só de ser algo que esteja me constrangendo eu considero assédio (PARTICIPANTE 03).

Eu acho que assédio sexual é tudo aquilo que a gente sente como assédio (PARTICIPANTE 04).

O assédio sexual refere-se a todo ato que visa obter algum tipo de vantagem sexual sobre a vítima, por meio de investidas verbais ou gestuais, sem que haja violência física (BRASIL, 2001, UFG, 2017). Apesar de ser fenômeno social e que é percebido de maneira singular por cada sujeito, não pode ser restringido a esse aspecto. É necessário que haja conhecimento sobre a lei que o regulamente como crime, bem como as situações em que ele ocorre, de forma que as estudantes estejam amparadas pela informação. A compreensão legal sobre o que é assédio sexual é realizada por meio da apreensão dos sentidos desse fenômeno em um processo social, mediado pela comunicação. Assim, as vias da linguagem podem ser utilizadas não somente para perpetrar esse tipo de violência, mas também para sua compreensão e possível modificação.

Em relação ao papel da universidade nos casos de assédio sexual, as entrevistadas relataram que embora exista uma campanha¹ e que haja medidas para a problematização dessa violência sexual, elas são insuficientes para fomentar a discussão do tema e promover mudanças efetivas na comunidade acadêmica. A universidade lócus da pesquisa divulgou apenas uma campanha² para a disseminação de informações acerca do assédio sexual, vinculando no mesmo material gráfico essa violência ao assédio moral. O assédio moral constitui-se essencialmente como uma violência decorrente de hierarquias sociais trabalhistas e da competitividade em

¹ Campanha Universidade Federal de Goiás, vinculada e divulgada por meio do site da universidade, de outras plataformas *online*, de *folders* e cartazes impressos: “O assédio moral e sexual não podem mais permanecer na naturalidade”.

² A referida campanha denominada “Assédio Moral e Sexual”, não está sendo mais veiculada. O vídeo institucional pode ser consultado em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7v1kLxbG17Y>> e/ou em https://issuu.com/ufgascom/docs/folder_campanha_assedio_issu>. Acesso em: 12 de set. 2017

função de maior produtividade fruto da lógica capitalista para acumulação de bens (BIRMAN, 2005). Assim, da forma como essa campanha foi produzida – associando os assédios sexual e moral – invisibiliza as duas formas de violência e impede a discussão aprofundada sobre as desigualdades de poder, hierarquia e gênero estruturantes do contexto institucional.

A resolução nº 12/2017 do Conselho Universitário (CONSUNI) (UFG, 2017) dispõe sobre normas e procedimentos a serem adotados em casos de assédio moral, sexual e quaisquer formas de preconceito, no âmbito da UFG. O documento reitera as responsabilidades da universidade em relação a formas de discriminação e violência. A Regional Jataí, contudo, ainda apresenta muitas fragilidades no enfrentamento da violência, tanto nas formas de denúncia quanto na apuração dos casos que ocorrem no contexto universitário. Essa fragilidade se reverbera na relação de confiança na universidade, atenuada pelas experiências já vividas pelas estudantes, que não se sentem acolhidas e protegidas dentro da própria instituição.

Ah, o corpo docente e administrativo geralmente “ta” sempre tentando proteger os professores que... que comentem os, enfim assédio sexual. Então eu acho que não, e entre os alunos eu também não vejo muitas ferramentas pra evitar esse tipo de coisa (PARTICIPANTE 02).

Tem campanhas, por exemplo, na Internet, propaganda é... frases curtas, eu acho que é algo que passa batido, entendeu? Acredito que realmente a universidade precise fazer um trabalho focado, “né”? Parar as atividades pra... pra fazer esse trabalho de conscientização. O que é algo que não acontece. Realmente a instituição não... não tem é...ela tem essa responsabilidade mas não cumpre (PARTICIPANTE 03).

Eu acho que não existe empatia em relação a isso, não existe... não estão sendo tomadas as medidas. De vez em quando acontece, pelo menos na UFG que é onde eu estudo, existe algumas palestras aqui, mas a universidade em si não se movimenta em relação a isso (PARTICIPANTE 05).

A responsabilidade da universidade em relação às políticas de enfrentamento do assédio sexual, bem como outras formas de violência de gênero, foi elencada pelas entrevistadas, que percebem as iniciativas de combate e de educação sobre o tema como de responsabilidade da própria universidade. A educação, em sua dimensão pública, tem compromisso legal, político e ético na proteção de seus estudantes contra o assédio sexual e outros tipos de violência que possam ocorrer no contexto educacional (SMIT; PLESSIS 2011).

Como modos de prevenção e coibição, foram propostas pelas entrevistadas palestras, cursos sobre a temática e a implementação de matérias obrigatórias a todos os cursos que contemplem as relações de gênero e violência contra mulheres. Dentre

as críticas tecidas, verificou-se que as palestras e cursos não-obrigatórios sobre as temáticas de violência têm sido ofertados a públicos que já possuem interesse e informações sobre esse tema. Assim, a proposta de matérias obrigatórias destinados à toda comunidade universitária seria um mecanismo de fomentar a discussão sobre assédio e violência na parcela da comunidade acadêmica que não possui familiaridade com o assunto.

[...] informação é sempre importante e a gente precisa de ficar e levar o conhecimento sobre o que é assédio. Essa seria a forma, informação de qualquer tipo, mas seja essa iniciativa tomada da instituição (PARTICIPANTE 03).

Não só palestras e cursos fora da grade curricular porque quem frequenta esses cursos é, geralmente as pessoas que já conhecem o assunto e tem interesse, não quem comete esse tipo de coisa. Então eu acho que deveria ter disciplina em todos os cursos (PARTICIPANTE 02).

A discussão sobre a temática permite a criação de novos sentidos sobre a realidade social e sua possível transformação (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2001). Se o assédio sexual enquanto violência simbólica socialmente construída e mantida por meio das relações de poder entre mulheres e homens se concretiza através da comunicação, é a partir dessa mesma via que seu enfrentamento é possível. Dessa forma, debater sobre as relações de gênero e violência contra as mulheres e LGBT+ possibilita a mudança das relações sociais entre os sujeitos, ao desnaturalizar opressões.

Quando o assédio sexual não envolve nenhum tipo de material concreto, provar o crime constitui-se desafio. Entretanto, sua dificuldade não pode ser considerada como um empecilho para a denúncia. É importante ressaltar que a investigação e criminalização do assédio sexual pela justiça e pela universidade são duas instâncias diferentes, embora uma possa dar subsídios à outra durante o processo. A UFG possui mecanismos próprios, como o regulamento interno para lidar com casos de violência, como a abertura de sindicância e processos administrativos. Se o papel da justiça é punir os autores dessa agressão, a universidade deveria para além de punição institucional, promover a mudança de percepção e de comportamento de tais agressores.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo investigar as vivências de estudantes acerca do assédio sexual no contexto da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí. Os resultados indicaram que 40% das universitárias já sofreram essa forma de violência no âmbito acadêmico, além de que há falta de conhecimento delas sobre essa questão social. No contexto social existem fragilidades institucionais no enfrentamento do assédio sexual, o que ocorre não somente na UFG/Regional Jataí, mas também em outras universidades. Essas fragilidades são decorrentes de uma sociedade machista e patriarcal que reitera o papel social de mulheres em posições de submissão em relação a homens.

A invisibilidade do assédio sexual, enquanto pauta das agendas do ensino superior, reflete e reitera a violência de gênero presente nas relações sociais e acadêmicas. O assédio sexual no contexto universitário constitui-se em dissonância com o compromisso do ensino superior na formação de agentes de transformação social, pois diminui as chances de acesso ao conhecimento pelos estudantes que sofrem esse tipo de violência.

Dessa forma, é imprescindível que haja disseminação de informações sobre quais situações constituem-se como assédio sexual, e desenvolvimento de políticas institucionais de prevenção e coibição. A realização de palestras, campanhas e inserção do tema nos cursos de capacitação dos profissionais da faculdade são importantes ferramentas no processo de enfrentamento. Ademais, a inserção de matérias obrigatórias sobre relações de gênero nas grades curriculares das regionais da UFG possibilitaria maior alcance da discussão entre estudantes das mais diversas áreas do conhecimento.

Por fim, é importante ressaltar os limites que o estudo apresenta devido a sua especificidade em relação ao local no qual foi realizada, pois embora a amostra obtida seja relevante, ela poderia se estender a outras regionais da universidade. Nesse sentido, novas investigações se fazem necessárias, inclusive aquelas que contemplem em profundidade a violência de gênero.

Referências

- BIRMAN, Joel. O assédio na atualidade e seus jogos de verdade. **Rev. Dep. Psicol.,UFF**, Niterói, v. 17, n. 1, p. 29-44, June 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232005000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-80232005000100003>.
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOCK, Ana Maria Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair. (Orgs). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- BRASIL. **Lei nº 10. 224**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Brasília/DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10224.htm>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- _____. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/pacto-nacional>>. Acesso em: 29 ago. 2016.
- _____. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Sistema de Indicadores de Percepção Social. Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA). 2014.
- _____. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.
- DIAS, Marlon Santa Maria; BORELLI, Viviane. A midiatização de uma campanha social: uma aproximação ao caso Eu não mereço ser estuprada. IN: III COLÓQUIO SEMIÓTICA DAS MÍDIAS, 2014, Japaratinga, **Anais do III Colóquio Semiótico das Mídias**. JAPARATINGA, AL: UFAL, 2014. 15 p.
- EAGLETON, Terry. *An Introduction to Ideology*. London: Verso, 1991.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (E.U.A) **U.S Equal Employment Opportunity Commission**. Washington, D.C, 1965. Disponível em: <<https://www.eeoc.gov/eeoc/index.cfm>>. Acesso em: 06 set. 2016.

_____. **The Civil Right Act**. Washington, D.C, 1964. Disponível em:
<<https://www.archives.gov/education/lessons/civil-rights-act/>>. Acesso em: 06
set. 2016.

EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS. Violence against woman:
an EU wide survey. **Publications Office of the European Union**, Luxemburg, 2014.
Disponível em: <[http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra-2014-vaw-survey-
main-results-apr14_en.pdf](http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra-2014-vaw-survey-main-results-apr14_en.pdf)>. Acesso em: 06 set. 2016.

MACHADO, Lia Zanotta. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos,
sexualidades e antropologia. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 42, p. 13-
46, June 2014. Available from
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-
83332014000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000100013&lng=en&nrm=iso)>. access on 12
ago. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420013>.

MACKINNON, Catherine Alice. Feminism, Marxism, Method, and the State: An
Agenda for Theory. Chicago, **Signs**, v. 7, n. 3, p. 515-544, Spring, 1982

_____. **Sexual Harassment of Working Woman**. New Haven and London: Yale
University Press, 1979.

MENA, Fernanda. Um terço dos brasileiros culpa mulheres por estupros sofridos.
Folha de São Paulo. São Paulo, 21 de set. 2016 Disponível em:
<[http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1815301-um-terco-dos-
brasileiros-culpa-mulheres-por-estupros-sofridos.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1815301-um-terco-dos-brasileiros-culpa-mulheres-por-estupros-sofridos.shtml)>. Acesso em: 22 set. 2016

MINAYO, Maria Cecília Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**.
28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MONFRINATO, Barbara. Aos abusos sexuais, silêncio. *Jornal do Campus*. USP,
2015. Disponível em:
<[http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2015/11/aos-abusos-sexuais-
silencio/](http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2015/11/aos-abusos-sexuais-silencio/)>. Acesso em: 16 set. 2016

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação &
Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez, 1995. Disponível em:
<<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>>. Acesso
em: 29 ago. 2016.

SMIT, D; PLESSIS, V du. Sexual harassment in the education
sector. **PER**, Potchefstroom, v. 14, n. 6, p. 172-217, Jan. 2011. Disponível em:
<[http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1727-
37812011000600007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1727-37812011000600007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 set. 2016.

SOUZA, Eros; BALDWIN, John Richard; ROSA, Francisco Heitor. A construção social
dos papéis sexuais femininos. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 485-
496,dez, 2000. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722000000300016>>. Acesso
em: 06 set. 2016.

THINK OLGA. **Meu corpo não é seu: desvendando a violência contra a mulher.**
São Paulo: Companhia das Letras. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. CONSUNI. Dispõe sobre normas e procedimentos a serem adotados em casos de assédio moral, sexual e quaisquer formas de preconceito, no âmbito da Universidade Federal de Goiás. Resolução, dezembro de 2017. **RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 12/2017**, Goiânia: Universidade Federal de Goiás, p. 4, 19 maio 2017. Disponível em:
https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CONSUNI_2017_0012.pdf. Acesso em: 10 abr. 2018.

Submetido em 25/01/2018

Aprovado em 09/09/2019

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)